No âmbito da previdência complementar, as discussões concentram-se, em grande medida, na fase de acumulação de recursos ao longo da vida laboral. Entretanto, a etapa de desacumulação assume relevância equivalente, pois corresponde ao momento em que o participante encerra o período contributivo e inicia a conversão do patrimônio acumulado em fluxo de renda para a aposentadoria.

O objetivo central dessa fase é assegurar a manutenção do padrão de vida após o término da atividade profissional. Nesse contexto, a desacumulação envolve planejamento financeiro estruturado, gestão eficiente dos recursos acumulados e decisões estratégicas quanto à forma de recebimento do benefício.

Relevância econômica da previdência complementar

A previdência complementar fechada no Brasil possui expressiva importância econômica e social. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Abrapp, os fundos de pensão administram aproximadamente R$ 1,3 trilhão em ativos, valor equivalente a cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB).

O sistema reúne mais de 3 milhões de participantes ativos, aproximadamente 900 mil assistidos e mais de 4 milhões de dependentes vinculados aos planos. Anualmente, são pagos cerca de R$ 93 bilhões em benefícios, contribuindo de forma direta para a geração de renda de aposentados e pensionistas, além de desempenhar papel relevante na formação de poupança de longo prazo na economia nacional.

Amadurecimento dos planos e transição para a fase de benefícios

Com o avanço temporal, os planos de previdência complementar entram em processo de amadurecimento, caracterizado pelo aumento gradual do número de participantes assistidos. Esse movimento decorre, sobretudo, do fato de que planos instituídos entre as décadas de 1980 e 2000 alcançam, atualmente, o momento em que parcela significativa de seus participantes inicia a aposentadoria.

Como consequência, observa-se elevação do volume de benefícios pagos e maior demanda por gestão rigorosa dos recursos garantidores. Paralelamente, intensifica-se a relevância das decisões individuais, uma vez que o participante passa a assumir papel central na definição da estratégia de conversão do patrimônio acumulado em renda previdenciária.

Modalidades de recebimento do benefício e complexidade decisória

Um dos principais desafios da desacumulação consiste na escolha da modalidade de recebimento do benefício. A depender das regras do plano, o participante pode optar por renda vitalícia, renda por prazo determinado, renda baseada em percentual do saldo, renda programada ou resgates parciais.

Cada alternativa apresenta características distintas em termos de segurança atuarial, previsibilidade e flexibilidade. A decisão exige análise integrada de fatores financeiros e tributários. A escolha do regime tributário, quando aplicável, demanda avaliação da estrutura de rendimentos e despesas, incluindo a identificação de itens dedutíveis e não dedutíveis.

Adicionalmente, é fundamental considerar mudanças no padrão de consumo ao longo da aposentadoria. Despesas com alimentação, vestuário, saúde e lazer tendem a apresentar dinâmicas distintas após o encerramento da vida laboral. A elaboração de simulações de fluxo de caixa futuro constitui instrumento relevante para apoiar decisões mais consistentes.

Decisões inadequadas nessa etapa podem comprometer a sustentabilidade financeira do participante, especialmente diante de variáveis como inflação, volatilidade dos mercados financeiros e aumento da expectativa de vida.

Longevidade e risco associado à aposentadoria

O aumento da expectativa de vida da população brasileira representa elemento central na análise da desacumulação. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que a expectativa de vida ao nascer evoluiu de aproximadamente 62 anos em 1980 para cerca de 76 anos na atualidade, com tendência de crescimento nas próximas décadas.

Esse cenário amplia o período de permanência na aposentadoria e intensifica o risco de longevidade, entendido como a possibilidade de insuficiência dos recursos acumulados para sustentar o participante ao longo de toda a vida. Nesse contexto, a definição da estratégia de renda deve equilibrar liquidez no curto prazo e preservação do patrimônio no longo prazo.

Educação previdenciária como instrumento de mitigação de riscos

A complexidade das decisões envolvidas na desacumulação evidencia a importância da educação previdenciária. A escolha da forma de recebimento do benefício requer análise de múltiplos fatores, incluindo expectativa de vida, patrimônio acumulado, perfil de risco e projeção de despesas.

Entretanto, parcela relevante dos participantes apresenta limitações de conhecimento nesses temas, o que pode comprometer a qualidade das decisões. Dessa forma, torna-se essencial a disponibilização de informações claras, materiais educativos e ferramentas de simulação que permitam melhor compreensão das alternativas disponíveis e de seus impactos.

Atuação das entidades na fase de desacumulação

As entidades de previdência complementar desempenham papel fundamental no suporte ao participante ao longo do processo de aposentadoria. Recomenda-se a implementação de programas estruturados de educação previdenciária, disponibilização de simuladores, comunicação periódica e canais de atendimento especializados.

Esse suporte deve ocorrer de forma contínua, abrangendo não apenas o momento da aposentadoria, mas também os anos que a antecedem e o período posterior à concessão do benefício. Tal abordagem contribui para a redução de incertezas, melhoria da qualidade das decisões e fortalecimento da confiança no sistema.

Perspectivas e desafios futuros

A desacumulação consolida-se como um dos principais desafios da previdência complementar no Brasil. O aumento da longevidade, a expansão do número de assistidos e a crescente complexidade das decisões individuais exigem das entidades uma atuação integrada, que combine gestão eficiente dos recursos com estratégias robustas de orientação ao participante.

A adoção dessas práticas contribui para a promoção da segurança financeira dos aposentados e para a sustentabilidade de longo prazo dos planos. Ao apoiar os participantes nesse momento crítico, as entidades fortalecem a credibilidade do sistema e ampliam sua capacidade de cumprir a função de proteção financeira ao longo de todo o ciclo de vida dos indivíduos.

***Carlos Tejeda é Sócio da IAP – Itajubá Administração Previdenciária**

Fonte: Abrapp em Foco, em 13.05.2026.